



UMA LEITURA GRAMSCIANA DA CONJUNTURA INTERNACIONAL DA PANDEMIA NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE FORÇA¹

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos²

Resumo

O texto buscar apresentar respostas preliminares para as seguintes questões: 1) Em termos gramscianos, a pandemia de COVID-19 apresenta elementos suficientes para uma nova periodização histórica? 2) Em nível preliminar, qual o seu impacto e significado como conjuntura internacional e como parte de um processo mais amplo? A hipótese preliminar a ser defendida aponta ser a conjuntura histórica da pandemia em curso uma nova “tradução”, em sentido gramsciano, do fordismo enquanto hegemonia dos Estados Unidos, não se constituindo assim, enquanto evento conjuntural, numa ruptura de maior alcance que dê ensejo a uma nova temporalidade histórica em termos de uma grande transformação. A análise se baseia na metodologia histórica de Gramsci de relações de força.

Palavras-chave: Gramsci. Pandemia. COVID-19. Hegemonia Internacional. Relações de Força. Fordismo. Tradução.

A GRAMSCIAN READING OF THE INTERNATIONAL PANDEMIC CONJUNCTURE FROM THE PERSPECTIVE OF STRENGTH RELATIONS

Abstract

The text seeks to present preliminary answers to the following questions: 1) Based on Gramscian terms, does the COVID-19 pandemic have sufficient elements for a new historical periodization? 2) In preliminary level, what is its impact and significance as an international situation and as part of a broader process? The preliminary hypothesis to be defended points out that the pandemic historical conjuncture in progress is a new “translation”, in the Gramscian sense, of Fordism as hegemony of the United States, thus not constituting itself, as a conjunctural event, in a major break that gives rise to a new historical temporality in terms of a major transformation. The analysis is based on Gramsci's historical methodology of power relations.

Keywords: Gramsci. Pandemic. COVID-19. International Hegemony. Power Relations. Fordism. Translation.

UNA LECTURA GRAMSCIANA DE LA CONJUNCIÓN PANDÉMICA INTERNACIONAL DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS RELACIONES DE FUERZA

Resumen

El texto busca presentar respuestas preliminares a las siguientes preguntas: 1) En términos Gramscianos, ¿presenta la pandemia COVID-19 elementos suficientes para una nueva periodización histórica? 2) A nivel preliminar, ¿cuál es su impacto e importancia como situación internacional y como parte de un proceso más amplio? La hipótesis preliminar a defender señala que la situación histórica de la pandemia en curso es una nueva “traducción”, en sentido Gramsciano, del fordismo como hegemonía de los Estados Unidos, no constituyéndose así, como evento cíclico, en una ruptura de mayor alcance que da lugar a una oportunidad. a una nueva temporalidad histórica en términos de una gran transformación. El análisis se basa en la metodología histórica de las relaciones de poder de Gramsci.

¹ Artigo recebido em 11/08/2020. Avaliação em 20/09/2020. Aprovado em 08/10/2020. Publicado em 22/12/2020.

² Docente da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Marília. Doutor em Ciência Política pela USP e Livre-Docente em Teoria das Relações Internacionais pela Unesp. Líder do Grupo de Pesquisa Marxismo, Estado, Política e Relações Internacionais da Unesp. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Pensamento Político da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Editor responsável da Revista “Práxis e Hegemonia Popular” da International Gramsci Society Brasil e membro do Conselho Fiscal da mesma entidade. ORCID: 0000-0002-5542-2812.

Palabras clave: Gramsci. Pandemia. COVID-19. Hegemonía internacional. Relaciones de poder Fordismo. Traducción.

1. Introdução

A pandemia de COVID-19 que assola o mundo em 2020 proporcionou um gigantesco e inimaginável impacto na vida social como um todo a ponto de muitos a sugerirem em termos de um novo referencial de periodização histórica. Uma certa avaliação a considera o real início do século XXI (SCHWARCZ, 2020). Há quem a considere o maior desafio desde a Segunda Guerra Mundial, como mencionou a chanceler alemã Angela Merkel ao se referir à República Federal Alemã (apud CARBAJOSA, 2020).

Uma proposição de natureza semelhante foi sugerida por ocasião dos ataques ao Pentágono e ao *World Trade Center* nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Ao longo do século XX e do século XXI tentativas de periodização – a partir do argumento de se constatar significativas ocorrências históricas - são sugeridas por grandes crises ou fatos que supostamente atestam o curso de um declínio hegemônico norte-americano. Tal declínio é sempre tratado desde o revés estadunidense no Vietnã, passando pelos ímpetus passageiros de uma aparente ultrapassagem que seria feita pelo Japão e pela Europa nos anos 80 e 90 até a recente emergência chinesa. Fala-se até de um cenário pós-pandemia como um “pós-capitalismo” (PAULA, 2020). Todas estas tentativas de avaliação parecem, em sua maioria, motivadas fundamentalmente por questões conjunturais que aparentam colocar em segundo plano uma perspectiva mais holista da história.

A gravidade e o alcance desta crise sanitária mundial, a pior de todas as histórias – acrescida a uma crise econômica internacional que foi agravada em 2008 - levam indireta e inevitavelmente a uma temática suscitada por Gramsci na sua metodologia histórica legada nos seus cadernos carcerários como “análise de relações de força”. Ela se refere ao peso e à importância de uma conjuntura para avaliarmos a longa temporalidade histórica. Neste sentido, a pergunta que orienta este texto se liga ao ponto suscitado no preâmbulo: em termos gramscianos, a pandemia de COVID-19 apresenta elementos suficientes para uma nova periodização histórica? Em nível preliminar, qual o seu impacto e significado como conjuntura internacional e como parte de um processo mais amplo? A hipótese preliminar a ser defendida aponta ser a pandemia em curso uma nova “tradução”, em sentido gramsciano, do fordismo enquanto hegemonia dos Estados Unidos, não se

constituindo assim, enquanto evento conjuntural, numa ruptura de maior alcance que dê ensejo a uma nova temporalidade histórica em termos de uma grande transformação.

O texto buscará dar conta da pergunta e da hipótese percorrendo a sequência por ora apresentada. Situará a definição gramsciana das relações de força e seu nexos com a avaliação histórica nacional e internacional conjuntural e de longa duração. Para tal, coloca-se como fundamental discutir o nexos conjuntural e histórico do conteúdo da hegemonia estadunidense, o fordismo, enquanto uma concepção de mundo mais ampla, em termos de sua difusão mundial. Este ponto, provavelmente almejado por Gramsci como análise futura, a partir das hipóteses elaboradas nos seus escritos carcerários, possui um nexos muito importante para a análise a ser empreendida em função do historicismo absoluto gramsciano que não comporta análise histórica por analogia e repetição. Posteriormente, a longa temporalidade histórica a ser analisada se desdobrará na conjuntura internacional atual ligada à pandemia referida. Neste cenário recente, o foco recairá não somente sobre o alcance e a “tradução” (em sentido gramsciano) do fordismo, como também no atual conflito inter-hegemônico e interimperialista envolvendo Estados Unidos, China e Rússia.

Alguns aspectos metodológicos precisam ser elucidados sobre a análise a ser empreendida.

A leitura a ser implementada neste texto sobre o tema em tela envolvendo processos históricos e conjuntura internacional não partilha do dualismo metodológico presente em várias apropriações de Gramsci. Vejamos algumas delas.

Existe uma perspectiva metodológica dualista bastante difundida equivocadamente atribuída a Gramsci. Um de seus aspectos associa uma possível formulação pioneira por Raymond Williams (1977) contemplando a antinomia hegemonia e contra-hegemonia, ausente da obra gramsciana. O dinamismo histórico presente na obra gramsciana não partilha de perspectivas que sugerem uma forma esquemática dualista de avaliar conflitos e dinâmicas históricas. Todos os processos, neste caso, envolvem diretamente e indiretamente, o choque entre projetos hegemônicos, visões de mundo. Tais concepções de mundo não são coesas, monolíticas. Elas possuem, muitas vezes, contradições e fissuras internas. Portanto, não podem ser vistas como blocos maciços, coesos e monolíticos que necessariamente se excluem mutuamente. Todos aqueles envolvidos num conflito e numa dinâmica histórica e política, variável em escopo e em alcance cronológico,

almejam a condição de *hegemon*, mesmo que não o seja efetivamente no decorrer dos fatos em questão. Ainda complementando, pode haver uma crise de hegemonia, mas nunca uma completa ausência da mesma. Somente uma avaliação histórica orgânica, complexa, profunda pode auferir as características dos projetos hegemônicos que lutam entre si, sem que isto implique em perspectivas esquemáticas em termos dualistas ou antinômicos.

Esta perspectiva dualista esquemática, antinômica encontra eco naquela formulação tida como a expressão do viés gramsciano no âmbito das Relações Internacionais por meio da obra de Robert W. Cox. Seus pares antinômicos são hegemonia e contra-hegemonia, hegemonia e ausência de hegemonia, além de hegemonia e revolução passiva, esta última também entendida como ausência de hegemonia em contexto no qual predomina o Estado, a coerção ou uma estrutura autoritária sem que haja uma classe efetivamente hegemônica (COX, 2007: p. 260; COX, 1987: p. 218; COX, 1983: p. 165-167). O autor aborda a contra-hegemonia essencialmente como uma coalizão de Estados e forças sociais acordadas em valores universais comuns como alternativa ao *hegemon* no plano internacional (Cox 1981: 150; COX, 1992: 179-180). A crítica à perspectiva da contra-hegemonia, em parte, já foi abordada. Acrescente-se a esta crítica que, a despeito de Cox considerar parcialmente as forças sociais no plano internacional além dos próprios Estados, o autor dá um peso exagerado às unidades políticas nos projetos alternativos ao *hegemon*. Explicando, todo projeto hegemônico tem contradições e fissuras. Não é coeso nem monolítico. Elencar um bloco ou coalizão de Estados “contra-hegemônicos” pressupõe um caráter monolítico ou coeso ou ainda destas unidades políticas, de ampla maioria ou consenso nestes Estados, em sintonia com a “contra-hegemonia” em questão. Tal quadro, que considera a oposição de concepções de mundo, não pode ser caracterizada de forma tão simplificada, sob pena de se aproximar de uma perspectiva abstrata e reificada do Estado presente nos enfoques tradicionais das Relações Internacionais nos quais os Estados se parecem metaforicamente com “bolas de bilhar”, sem contradições e conflitos internos. A análise gramsciana tem um rico substrato social justamente ao considerar organicamente o âmbito interno com o plano internacional. Neste sentido, forças, classes que se opõem a uma perspectiva hegemônica e de potência podem existir dentro do próprio *hegemon* enquanto Estado. Não se pode tomar o *hegemon* e seus Estados opostos como coesos e monolíticos.

Opor-se a esta perspectiva tradicional da Ciência Política³ – que se conecta de alguma forma aos enfoques tradicionais das Relações Internacionais - já era um ponto relevante para Gramsci. Valendo-se de um exemplo específico, uma carta de 9 de janeiro de 1928 (GRAMSCI, 1973: p. 150) mostrava objeção a Mosca e Michels, representantes da perspectiva tradicional mencionada. Em outra oportunidade, efetuando uma crítica a Mosca, objeta quanto aos aspectos empíricos observáveis de forma imediata e sem a devida contextualização histórica e sem coloca-los em contexto mais amplo. Como alternativa, Gramsci lança mão da menção justamente do recurso de inserir tudo isto na lógica das várias possibilidades das relações de força, considerando-se primeiramente as mesmas relações de forças internacionais e depois as relações sociais, ou seja, os sistemas hegemônicos de forças no interior dos Estados, além do desenvolvimento das forças de produção da vida e as relações militares (GRAMSCI, 1975: p. 1562). Tal menção dá o ensejo para a abordagem das relações de força e seu nexos com o conteúdo fordista da hegemonia dos Estados Unidos, a ser abordado a seguir.

2. As relações de força e o fordismo: uma breve análise histórica

Os esboços carcerários gramscianos sugeriram a interpretação de conjunturas e suas variadas dimensões situadas em temporalidades históricas mais amplas enquanto análise de relações de força (GRAMSCI, 1975: p. 1578-1589). Nesta linha de raciocínio, Gramsci se opôs à sobrevalorização dos elementos individualistas, voluntaristas, economicistas, conjunturais e unidimensionais que poderiam matizar diversas avaliações, perdendo-se de vista o aspecto mais amplo e histórico. Neste sentido, não se corrobora a análise histórica e conjuntura em viés que privilegie questões econômicas ou políticas ou de qualquer outra dimensão específica. No mesmo diapasão, não se deve focar em um único indivíduo ou só no Estado, ou mesmo mandato de um único e relativamente curto (comparativamente a uma temporalidade histórica mais ampla) mandato eletivo de um governante.

³ Em termos de uma crítica relevante a partir de uma perspectiva marxista e de totalidade sob a chave do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky, Justin Rosenberg (2016) estabelece uma linha de argumento de que as Relações Internacionais enquanto campo disciplinar se estabeleceram “na prisão da Ciência Política”.

Gramsci tomou como cânone de interpretação histórica o entendimento, a partir de uma reelaboração de Marx, de que nenhuma sociedade se põe problemas que as suas forças sociais não tenham desenvolvido plenamente em todas as suas potencialidades ou ao menos, em vias de surgimento e desenvolvimento. Outro cânone remete ao entendimento de que nenhuma sociedade pode ser dissolvida e substituída se não desenvolve todas as suas formas de vida implícitas no conjunto de suas relações.

Assim, não se pode tomar a parte pelo todo ou a conjuntura pelo processo histórico. Deve-se distinguir o que é conjuntural daquilo que é orgânico. Ou ainda, deve-se evitar que uma totalidade de um processo seja tomada por meio de uma conjuntura. Dentro da perspectiva mais ampla do historicismo absoluto que não comporta analogia ou repetição histórica, as análises e conceitos também passar por ressignificações históricas, transformações às quais Gramsci denominou “tradução”. Por outras palavras, como o conjunto dos aspectos históricos, sociais, estruturais se traduz, se ressignifica enquanto superestruturas complexas (no âmbito da ideologia e da política) e como tal dinâmica se transforma e é recepcionada e modificada em outras temporalidades da vida no movimento orgânico mais amplo da história, guardando alguns nexos com a formulação original. Em uma palavra, mudanças orgânicas que envolvem grande periodização e transformações de grande monta.

Como esta avaliação pode incidir sobre a conjuntura em tela? Quais elementos foram esboçados por Gramsci como pertencentes a uma temporalidade histórica longa? Como isto se relaciona a uma concepção de mundo mais ampla? Como o fordismo se liga à conjuntura atual? Estes pontos serão tratados em seguida. Começemos a análise pelo fordismo.

Uma das hipóteses enunciadas no Caderno 22 punha em questão se o fordismo teria o caráter de uma época histórica enquanto acumulação de elementos moleculares de modo a ocasionar uma “explosão” revolucionária do tipo francês radical jacobino ou se ele seria um desenvolvimento paulatino de uma revolução passiva, como ocorrido em outros lugares (GRAMSCI, 1975: p. 2138-2139). Gramsci pareceu se inclinar para a segunda possibilidade, em consonância com este outro trecho dos cadernos: “Parece-me que o conceito de revolução passiva se aplica não somente à Itália, mas também àqueles países que modernizam o Estado por uma série de reformas ou guerras nacionais sem, contudo, passar por uma revolução política do tipo radical-jacobino” (GRAMSCI, 1975: p. 504, tradução própria). Na

mesma direção, Gramsci escreveu sobre o caráter completo, amplo, profundo e radical da hegemonia e da energia revolucionária jacobina, identificando uma via passiva alternativa das classes dominantes: “Toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder “econômico-corporativo”⁴ num sistema internacional de equilíbrio passivo” (GRAMSCI, 1977: p. 1560, tradução própria).

O fordismo parecia a Gramsci algo pertencente à chave histórica da maioria dos processos enquanto hegemonia restrita e via passiva no tocante à formação dos Estados após a fase jacobina da Revolução Francesa: a revolução passiva. São duas hipóteses que Gramsci não desenvolveu e que se toma como referências analíticas para este ensaio. Enquanto um projeto hegemônico restrito, uma hegemonia “fracassada” (THOMAS, 2018: p. 186), a revolução passiva seria um processo histórico de transformações limitadas, mediado pelo Estado e de predomínio da coerção, destinadas a passivizar as classes hegemônicas, cooptando alguns de seus extratos e incorporando algumas de suas demandas sem dar-lhes protagonismo político. Ele ocorre na medida em que não há um amplo consenso alcançado pelas classes dominantes no âmbito da sociedade civil e se busca um acordo entre novas e tradicionais classes dominantes e suas respectivas frações.

Por que o fordismo enquanto concepção de mundo possui um caráter orgânico como concepção de mundo no sentido gramsciano e não pode ser visto meramente como algo conjuntural ou algo superado, argumento típico de algumas periodizações que mencionam um “pós-fordismo”?

Certamente, o argumento mais forte é que a produção e o consumo em massa continuam a ser, com todas as suas transformações históricas e traduções, o ponto nevrálgico que organiza e produz a mediação da totalidade do capitalismo desde as relações sociais fundamentais, moleculares, até seus aspectos mais amplos. Ele pauta a definição do capitalismo desde o século XX junto com as suas características – também históricas e tradutíveis - de capitalismo imperialista hegemônico pelo capital financeiro, como amálgama entre capital bancário e capital industrial que

⁴ O momento econômico-corporativo das relações de força corresponde àquele grau de consciência de solidariedade entre todos os membros do mesmo grupo social no plano meramente econômico. Em função deste alcance restrito, ele não tem a potencialidade universal de direção de todos os outros grupos subordinados para uma grande transformação em que se passa das estruturas para as superestruturas complexas em termos de alcance político e grau de consciência com vistas à criação de uma nova hegemonia (GRAMSCI, 1975: 1583-1584).

efetua um conjunto de várias sínteses com as diversas dinâmicas produtivas das mais diferentes sociedades em diferentes temporalidades (HILFERDING, 1981).

O fordismo foi traduzido de inúmeras formas ao longo dos séculos XX e XXI, prestando-se a formas de aumentar as taxas de mais valor e lucratividade consoantes a especificidades nacionais, culturais, dentre outras: *just in time*, toyotismo, reengenharia, reestruturação produtiva, para citar somente algumas. Por último, não poderíamos deixar de mencionar o *home office*, que ganhou notoriedade na pandemia e não é exatamente uma novidade. Voltaremos a ela posteriormente ao analisarmos a conjuntura da pandemia.

A gênese do fordismo como conteúdo do americanismo, a hegemonia norte-americana, tem aproximadamente cem anos. Como uma iniciativa da fábrica automotiva fundada por Henry Ford, suas origens mostram o seu alcance como uma concepção de mundo mais ampla, dotada de um contexto que extrapola o modelo de gestão, bem como o quadro mais amplo em que se inseriu desde então. É esta avaliação e caracterização que pautam os esboços gramscianos sobre o tema (GRAMSCI, 1975: p. 2139-2181). Algo como “um novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho” (GRAMSCI, 1975: p. 2150, tradução própria), atestado, entre outros pontos, pela iniciativa de Ford à época de enviar assistentes sociais às casas de seus operários para atestar uma conduta regrada moral e econômica em sua vida particular condizente com tal padrão de exigência no trabalho na fábrica.

Gramsci analisa um conjunto de condições demográficas, sociológicas históricas e políticas referentes ao ponto em tela. Identifica grandes diferenças entre as condições para a acumulação capitalista entre os Estados Unidos e a Europa, uma perspectiva passivizadora temporária de maiores salários para os operários fordistas frente à intensificação do ritmo e disciplina de trabalho como compensação passageira em contexto de fragmentação sindical e uma lógica destinada a reverter a taxa tendencial da queda de lucro no capitalismo. Acrescenta a isto um proibicionismo e uma rigidez moral, sexual e financeira que incide sobre as classes subalternas, adequada à perspectiva psíquica e orgânica para a nova disciplina fabril, e uma visão submissa e coisificada da mulher. Gramsci também indica relevantes indícios da difusão cultural, política e ideológica do fordismo na Europa e, em particular, na Itália.

Após os anos 20 e 30, período analisado por Gramsci, a expansão do fordismo se ampliou simultaneamente à consolidação da hegemonia estadunidense. O fordismo se traduziu de forma fundamental no desenvolvimento de suas forças produtivas voltadas para a consecução de tal hegemonia, inclusive na Segunda Guerra Mundial. Como principal potência planetária erigida desta grande transformação histórica, detinha 50% do PIB mundial e o monopólio nuclear. Permaneceu com a maior parte de seu território intacto frente à guerra, preservando boa parte de suas forças produtivas e tendo um número menor de vidas perdidas comparativamente à União Soviética – certamente o país mais devastado em destruição e mortes - como potência competidora.

Na sequência desta conjuntura de grande proeminência, sua perda de relativa de participação econômica no âmbito global, somada a algumas dificuldades em todos os níveis na competição inter-hegemônica e interimperialista com a União Soviética, levaram apressadamente alguns a diagnosticarem o início do fim desta condição de *hegemon*. A Guerra Fria contribuiu para a criação de tradução do fordismo e das condições passivadoras da vida da classe trabalhadora em vários lugares do mundo e, em particular na Europa Ocidental (BUCI-GLUCKSMANN, THERBORN, 1981; HARVEY, 1994), e no Japão, locais de maior importância no contexto da confrontação inter-hegemônica e interimperialista referida das duas superpotências, com gigantescos aportes e investimentos econômicos norte-americanos. Colocava-se como imperativo bloquear a expansão da hegemonia regional da União Soviética na Eurásia. Como parte desta perspectiva de competição, a hegemonia norte-americana - com muitas contradições, mediações e perspectivas desiguais e inseridas numa totalidade (GRAMSCI apud MORTON, 2007; TROTSKY, 1977) - se materializou nesta lógica em boa parte do globo em tal período.

Na continuidade deste processo, a perda de peso relativo na economia mundial – com uma expressiva desindustrialização em favor da China - pelos Estados Unidos e os conjunturais enfraquecimentos que sugeriram uma perda de hegemonia para o Japão e a Europa ao longo dos anos 80 e 90 mostraram apenas tendências de curta duração que não se traduziram em transformações históricas de vulto que revertessem a concepção de mundo fordista. Permanecem uma relevante composição norte-americana no capital financeiro em escala global, o dólar como padrão das transações econômicas internacionais, a hegemonia linguística e cultural,

além da maior proeminência militar e econômica, a despeito dos avanços econômicos, sociais, militares e tecnológicos de grande envergadura da China.

No tocante à União Soviética e seus Estados hegemônicos, a perspectiva fordista encontrou um eco à sua própria maneira e especificidade histórica, principalmente na Europa. Isto ocorreu desde o início do processo de maciça industrialização soviética com a produção em massa apregoada pelo stakhanovismo⁵. Excetuada pela indústria bélica e alguns poucos setores, a condição soviética inferiorizada – desde a destruição da maior parte das suas forças produtivas na Segunda Guerra Mundial - em comparação aos Estados Unidos nos termos de uma análise de relações de força no conjunto da Guerra Fria não foi revertida de forma favorável. Nesta temporalidade histórica de longa duração, a União Soviética também não conseguiu reverter os vários impasses de seu capitalismo de Estado stalinista⁶ de planejamento central ineficiente, desperdício e repressão em favor de sua *nomenklatura*, entrando em franca decadência desde os anos 70.

O fim da União Soviética e o rumo enfaticamente neoliberal e pró-EUA da gestão Yeltsin sugeriram apressadamente análises que apontavam até mesmo a incorporação da Federação Russa à OTAN e um futuro desdobramento em termos da própria extinção da referida aliança militar até 2020 (DEAN, 1999).

A eleição de Putin e suas sucessivas reconduções à presidência da Rússia modificaram este quadro. Reorganizou e revitalizou o Estado e suas instituições, inclusive as Forças Armadas. Em termos de uma hipótese de revolução passiva para explicar a recente trajetória russa, o advento e manutenção de Putin à frente da Rússia sugere elementos bastante convergentes com esta avaliação. Na perspectiva de acordo entre tradicionais e novas classes dominantes como uma das características de uma revolução passiva, Putin é um político conservador de perfil não muito inclinado ao assim chamado hemisfério ocidental e egresso da antiga KGB. Sua postura tenta se situar em chave conservadora como moderador e apaziguador de várias tendências políticas dentro da Federação Russa.

⁵ Em 1935 Alexi Stakhanov teria superado em muito as suas metas diárias de extração de carvão, tendo tal fato sido apropriado de modo coercitivo e ideológico pelo stalinismo para que houvesse o trabalho à exaustão em nome de um benefício do proletariado e da ausência de exploração capitalista.

⁶ Sobre um argumento mais detalhado sobre a hipótese de um processo histórico de revolução passiva desde o fim da União Soviética até o surgimento da República Federal Russa, consulte-se SIMON, 2010.

Putin estabeleceu uma composição com velhas e novas classes nesta trajetória. Logo após a sua eleição, implementou um ataque frontal a uma fração dos “oligarcas”, os continuadores da gestão soviética de grandes empresas e conglomerados originalmente estatais, que herdaram seus ativos e passaram a controlá-los de forma privada mantendo verdadeiros monopólios na economia desde o governo Yeltsin. Isto foi bem recebido pelos setores liberais e pelo capital financeiro disposto a competir com estes monopólios. Por outro lado, Putin se posicionou favoravelmente a alguns setores dos oligarcas, conseguindo angariar para si, com isso, um amplo controle e manipulação da mídia. Cooptou em *think tanks* financiados pelo Estado uma parcela significativa de intelectuais tradicionais e acadêmicos relevantes. Buscou galvanizar com o apoio das novas e tradicionais frações de classe dominantes e de significativas parcelas da população russa a retomada do sentimento de potência e de grandeza da Rússia perdido desde a gestão Gorbachev, buscando se aproveitar das várias traduções em termos ideológicos que esta antiga condição de superpotência suscitou. Para isto, revalorizou todos os símbolos nacionalistas, desde a Rússia czarista até a União Soviética, com amplo apoio da mídia, de filmes celebrando este passado grandioso em vários aspectos. Renovou símbolos tradicionais importantes, como a retomada da melodia do antigo hino nacional soviético com uma nova letra (WORTH, 2005). Em todas as eleições e pesquisas de opinião pública, a aprovação de Putin sempre foi amplamente majoritária. A presença militar russa, sua projeção e expansão em moldes de uma potência, é atestada com os êxitos militares nas guerras da Geórgia, da Síria e na anexação da Crimeia. As forças militares fazem significativas demonstrações de poder em exercícios militares e patrulhas aéreas de longa distância em moldes que eram efetuados na Guerra Fria.

Consoante a alguns esboços carcerários de Gramsci que apontavam como um dos elementos para a hegemonia de uma potência ou grande potência uma significativa produção do consenso no interior do Estado e de sua sociedade civil, a Rússia, mesmo com suas debilidades econômicas que a situa entre as 10 maiores economias do mundo em termos ainda um pouco díspares com a sua capacidade militar convencional e nuclear, parece caminhar a passos largos para uma disputa inter-hegemônica e interimperialista com os Estados Unidos.

Tratemos da China em termos históricos desde a Guerra Fria e o início de sua trajetória como uma tentativa de traduzir às suas especificidades a perspectiva soviética desde 1949, processo este sempre muito contraditório e conflituoso,

principalmente em vista do mecanicismo da proposição de Moscou (HOBBSAWM, 1995) em relação à China com uma clara perspectiva de hegemonizar a Terra do Meio.

No interior desta trajetória o cisma dentro do bloco soviético por parte da China desde os anos 60 criou parte das condições para um processo histórico como hipótese de revolução passiva e um posterior desenvolvimento muito acelerado que se relaciona à condição de potência atual da Terra do Meio. A partir da morte de Mao Tsé-tung na segunda metade dos anos 70 a China se abre a um volume de investimentos estrangeiros sem precedentes na história⁷, reestrutura as suas empresas (com a privatização de algumas pequenas e médias empresas estatais, transformação das empresas estatais e coletivas locais em empreendimentos municipais), descoletiviza sua agricultura, estabelece inúmeros acordos de cooperação científica e tecnológica com agências como o Banco Mundial e outros Estados, envia milhares de estudantes para estudarem no exterior, cria um gigantesco número de empregos numa lógica de superexploração em áreas industrializadas para uma enorme massa camponesa dotada com boa formação e educação represada por décadas no campo e que, mesmo sendo a base social da revolução chinesa, permaneceu alijada de boa parte do processo econômico e político. Tal deslocamento camponês se constituiu no maior êxodo rural da história, perfazendo cerca de 144 milhões de pessoas em 2000. Além disto, este processo histórico situou a Terra do Meio novamente na hegemonia estadunidense, em termos de uma economia dependente e fornecedora de manufaturas principalmente aos Estados Unidos, num processo de tradução do fordismo para as suas particularidades. Isto gerou grandes desigualdades na China, novas demandas de um proletariado com remuneração média de US\$0,67 por hora. Todo este processo de longa duração trouxe efeitos gradativos e duradouros de desindustrialização nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (ROSENBERG, 2019; GRAY, 2010). Ele se desdobrou em enormes avanços nas forças produtivas chinesas que se traduziram num novo patamar de competição inter-hegemônica e interimperialista com os Estados Unidos, a despeito das contradições em termos da sua relação de

⁷ Isto ocorreu como parte também da crise de lucratividade do capital financeiro dos Estados Unidos desde 1970, que o motivou a buscar alternativas na periferia capitalista para reverter este quadro, como a China (BIELER; MORTON, 2018). O ponto em questão parece ser, em termos de hipótese, algo semelhante à questão da taxa tendencial de lucro apontada por Gramsci nos seus esboços carcerários sobre o fordismo.

dependência com o *hegemon*. O aprimoramento tecnológico e militar de suas Forças Armadas, o aumento de sua presença no mar do sul da China e a ampliação mundial da presença econômica chinesa em inúmeros aspectos e dimensões apontam para o já mencionado quadro de competição interimperialista e inter-hegemônica.

A lógica passivizadora deste processo histórico de incorporação de milhões ao mercado sem protagonismo político também seguiu os passos de um processo hegemônico restrito de revolução passiva como hipótese para as específicas temporalidades chinesas (PASSOS, 2019; PASSOS, 2020). E, mais uma vez recorrendo a Gramsci: “o ímpeto do progresso não está intimamente ligado a um amplo desenvolvimento econômico local [...] mas é, isto sim, o reflexo de desenvolvimentos internacionais que transmitem suas correntes ideológicas à periferia – correntes nascidas do desenvolvimento produtivo de países mais avançados” (GRAMSCI, 1975: p. 1360).

O fim da Guerra Fria e a tradução gradativa do neoliberalismo desde os anos 70 ao conteúdo da hegemonia fordista contribuíram para solapar boa parte dos direitos das classes trabalhadoras no mundo todo. As perspectivas passivizadoras da hegemonia restrita se retraduziram no mundo todo de outras formas, mas de forma muito pior até o advento da pandemia.

Em tal contexto a hegemonia fordista, não enfrentou ameaças de grande envergadura em termos de um desafio histórico que possibilitasse destruir o fordismo e substituí-lo por algo completamente diferente. Observa-se a competição interimperialista e inter-hegemônica entre Estados Unidos, Rússia e China com desdobramentos na conjuntura de 2020, ano da pandemia. Doravante, tratemos da conjuntura específica da pandemia.

A pandemia de 2020

É sempre arriscado traçar uma análise de conjuntura em que não se tem à disposição elementos históricos que podem, por vezes, não serem tão nítidos no momento em que a referida conjuntura se apresenta.

De acordo com a hipótese enunciada, o quadro internacional de pandemia se insere organicamente na temporalidade orgânica da hegemonia fordista dos Estados Unidos, ressignificada e transformada historicamente. Em termos de um de seus

aspectos de duração mais recente, há uma expressiva competição inter-hegemônica e interimperialista em curso com a China e a Rússia.

A China, onde se iniciou a difusão do coronavírus, é objeto de uma “guerra” ideológica instrumentalizada pelos Estados Unidos que a apresenta como quem intencionalmente criou e difundiu o vírus. Tal entendimento encontra ampla difusão no âmbito do senso comum no mundo todo e no Brasil também, onde o quadro de um governo extremamente conservador identificado com um grupo alinhado ao claramente ao capital financeiro estadunidense. O quadro brasileiro está inserido num processo histórico de longa duração de crise de hegemonia⁸ e de intensa luta nos aparatos privados de hegemonia da mídia que reverbera informações falsas, não científicas e conspiratórias de todo tipo e aqueles que se opõem a isto. A destruição de direitos de classe trabalhadora ocorre a toda velocidade no Brasil, bem como o agravamento cotidiano das condições de vida e do número de mortos decorrentes da epidemia no quadro de um caótico e omissivo governo no que se refere às posturas políticas para lidar com tudo isto. Também no âmbito desta batalha política e ideológica no Brasil, o conflito inter-hegemônico e interimperialista entre China e Estados Unidos ganha contornos de um debate pouquíssimo qualificado, traduzindo-se e mediando-se sob diferentes formas nas querelas das assim chamadas redes sociais. Tal luta se apresenta, com muitas mediações e contradições, como a materialização direta e indireta de algumas das trincheiras daqueles que defendem os Estados Unidos e os que se opõem a ele, sem perder de vista que o nexo econômico mais volumoso há nos do Brasil com a China também se insere nesta dinâmica mais ampla de conflito interimperialista e inter-hegemônico em termos das distintas opções das classes dominantes e suas frações. No momento em que se escreve este artigo, talvez possa ser avaliado que a crise brasileira não seja pior em função de tímidas iniciativas governamentais e passivizadoras, como o auxílio emergencial a desempregados.

A dinâmica do conflito inter-hegemônico e interimperialista ganha contornos cotidianos também no que se refere a uma demonização ou suspeita das vacinas de procedência russa ou chinesa no âmbito da mídia e do senso comum. A grande mídia, muitas vezes identificada com os Estados Unidos, alimenta tais interpretações. Poucos dias antes do término da escrita deste texto, a Rússia anunciou uma vacina,

⁸ Ver a respeito BIANCHI, 2017.

batizada como “Sputnik V”, cuja suspeita em torno da mesma é alimentada pelos aparelhos “privados” de hegemonia da mídia alinhada ideologicamente aos Estados Unidos.

O conflito inter-hegemônico possui uma aparente elevação do tom discursivo: Trump acusa a China de espionagem e sabotagem fechando um de seus consulados e proibindo o aplicativo chinês de celular “Tik Tok”. Instrumentaliza tudo isto para atenuar a caótica condução e condição das políticas de saúde nos Estados Unidos que se desdobram nos piores indicadores mundiais de casos e mortes decorrentes da COVID-19, com um lamentável segundo lugar do Brasil que alcança o número de 100.000 mortes nos dias em que se encerra a redação deste texto. E, obviamente, Trump usa esta guerra ideológica contra o “vírus chinês” para desviar a atenção disto tudo e buscar criar “fatos” que o auxiliem na sua campanha eleitoral visando sua reeleição. Todos estes elementos remetem às armas no âmbito do consenso – organicamente ligado à força – como parte e componente indireto do conflito inter-hegemônico em questão. Obviamente que isto se liga também a todo o processo em que Trump se empenha para buscar minimizar os revezes norte-americanos em termos de sua hegemonia industrial em relação à China, ponto relacionado a inúmeras disputas e “guerras” comerciais com a Terra do Meio ao longo de sua gestão.

Inserir-se como parte desta luta ideológica – mas não somente – a corrida e a propaganda em torno de uma vacina. Obviamente, há os interesses e conflitos econômicos. Interesses do capital financeiro inseridos nos laboratórios que venham eventualmente a produzi-la produzem antecipadamente negócios de altíssima monta, mostrando a face “mórbida” – parafraseando Gramsci - do capitalismo, nada identificada com a preservação das vidas na medida em que se prioriza acordos e espaços econômicos mais relevantes aos interesses das elites financeiras globais para atendimento prioritário de vacinas cuja fase de testes sequer terminou. É importante ressaltar que não há, no momento da escrita deste artigo, nenhuma avaliação precisa do que a vacina já em vias de se produzir na Rússia ou as outras vacinas vindouras podem proporcionar frente à imunização de um vírus extremamente complexo e novo para a ciência de uma forma geral. Também não se sabe se haverá condições efetivas de produzir vacinas em quantidade e na velocidade exigida, além do tempo que se levará para se atingir a imunização em

temporalidades desiguais e combinadas que complexificam ao extremo a compreensão do caráter da epidemia nas distintas localidades e sociedades.

Tratemos da perspectiva militar, não entendo-a de forma destacada, mas organicamente conectada às outras perspectivas, como de resto se configura no pensamento de Gramsci.

Com uma enfática presença militar russa e chinesa na Ásia-Pacífico, desenhasse uma parte da avaliação do conflito inter-hegemônico em tela. Ao norte, aeronaves militares russas, chinesas e estadunidenses se encontram por vezes, sem um engajamento militar. Parafraseando Clausewitz (1984: p. 81), fica caracterizada uma guerra porque a observação armada é uma destas manifestações do conflito militar e uma das suas intensidades de violência e, certamente, não a maior delas. Eventos semelhantes ocorrem no Mar do Sul da China, opondo vasos de guerra e aeronaves norte-americanas e chinesas. Trata-se de uma região onde há vários litígios territoriais envolvendo potenciais recursos naturais e melhor posicionamento geográfico envolvendo as rotas mercantes navais que são de suma importância para a China. O tom de tensão parece se agravar nos tempos de pandemia em toda esta região envolvendo Estados Unidos, Rússia e China. Evidentemente, esta é apenas das faces visíveis deste conflito.

Muitos analistas mencionam uma “nova Guerra Fria” envolvendo estes três Estados. É importante situar que o historicismo absoluto de Gramsci não comporta analogia ou repetição que vislumbre uma pertinência desta linha de raciocínio. Conflitos inter-hegemônicos existem ao longo dos processos históricos de longa duração expressando uma dinâmica peculiar e orgânica envolvendo os planos interno e internacional na conformação do processo de luta de classes e suas frações nestes âmbitos. Neste sentido, Rússia e China, como aspirantes a *hegemon*, não apresentam neste contexto uma nova perspectiva ideológica e política de reorganização do capitalismo enquanto uma nova hegemonia e concepção de mundo que substitua ou destrua o fordismo nas suas mais variadas feições e transformações históricas e traduções. Alguns poderão objetar quanto a esta forma de apresentar este conflito, dada uma interdependência de interesses de Rússia e de China com os Estados Unidos. Todavia, é sempre pertinente lembrar que os choques inter-hegemônicos e interimperialistas – que se desdobram, em alguns casos, em guerra - ocorridos nos processos históricos também vislumbraram contradições envolvendo Estados interdependentes economicamente.

Por fim, mas não menos importante, dois aspectos centrais que tangenciam o fordismo como concepção de mundo e sua tradução (sempre no sentido gramsciano) nas suas mais diferentes possibilidades. Parafraseando Gramsci, abordemos as “relações sociais fundamentais” ou “relações moleculares”.

Aparentemente, a pandemia se desdobrou numa capacidade muito maior dos centros do capitalismo global passivizar por meio de ações do Estado (entenda-se principalmente a chamada Europa Ocidental e os Estados Unidos) a assistência econômica em vista da bancarrota econômica e a extinção de postos de trabalhos, tanto no que se refere às empresas quanto aos trabalhadores. É possível observar aqui mais um dos elementos identificados por Gramsci enquanto hipótese da revolução passiva como chave histórica ao analisar na diversidade e especificidade histórica o caráter passivo da hegemonia. Neste quadro geral de queda dos lucros do grande capital e do capital financeiro e de vulnerabilidade das classes trabalhadoras, o ritmo de trabalho se intensifica através do chamada *home office* ou teletrabalho e atende às expectativas de corte de custos visando compensar ou mesmo auferir uma maior lucratividade ou mais-valia. A dinâmica social imposta pela pandemia sacrificou de forma desumana muitas famílias com a exigência de desdobramento com as funções educativas não mais desempenhadas pelas escolas junto às crianças e ainda criou um grau de exigência profissional ainda mais extenuante aos profissionais do “teletrabalho”. Muitas empresas aproveitaram o ensejo e a oportunidade para cortar gastos e aumentar suas margens a partir das especificidades desta nova conjuntura. Evidentemente que muitos trabalhadores foram colocados em situação de enorme risco ao não serem dispensados de sua atividade presencial, aumentando sua exposição e vulnerabilidade em face do alto grau de contágio proporcionado pelo vírus.

Os limites dos ditames do isolamento social são expostos em todos os momentos. A tensão decorrente do isolamento, bem como os riscos à saúde física e psíquica quando este mesmo isolamento não é observado, não são objeto de uma preocupação marcante pelo grande capital e seus representantes em falas de uma inaceitável perspectiva de “que a vida deve continuar porque alguns necessariamente morrerão”. Sintomas “mórbidos”, parafraseando novamente Gramsci, tanto no sentido físico como naquele mais amplo são colocados de maneira cada vez mais exposta nesta conjuntura histórica, ainda que isto não se traduza em indícios de uma transformação mais marcante. A passivização posta pela dinâmica restrita da

hegemonia enquanto revolução passiva não cobre o grande número (trata-se milhões, em vista da enorme subnotificação global de casos) sacrificado pelos inúmeros limites, desiguais e combinados, de atender ou socorrer aqueles que pereceram, vitimados que foram por esta doença.

Ao mesmo tempo, está para ser escrito o capítulo da longa temporalidade sobre o impacto em termos da transformação e da tradução histórica proporcionadas pela pandemia. O que se observa, num primeiro momento, é que o desemprego e todas as modalidades de trabalho à distância expõem uma intensificação do ritmo e da exigência posta aos trabalhadores, impotentes num quadro geral de hegemonia neoliberal, enorme desemprego e advento de governos e ideologias conservadoras ou assemelhadas em alguma forma ao fascismo, sem sugerir aspectos de repetição histórica. Tal intensificação do trabalho e corte de custos das empresas, converge para a lógica fordista. Portanto, expõe, em certo sentido e de forma preliminar na composição do argumento, o não esgotamento de um aspecto social fundamental da concepção original do fordismo, a produção e o consumo em massa. A tradução, no sentido gramsciano, sempre implica em ressignificações, transformações, mas com a preservação de alguns aspectos de sua elaboração original. Tal é o sentido da tradução e, em específico, da perspectiva fordista neste momento da longa temporalidade histórica. A hegemonia fordista norte-americana permanece de pé. É impossível prever por quanto tempo.

Considerações Finais

Ao longo deste texto, buscou-se argumentar, de forma preliminar, uma proposta de situar uma avaliação conjuntural no plano internacional em perspectiva histórica de relações de força na acepção gramsciana em termos de longa duração.

Tanto na longa quanto na curta duração que incide sobre a conjuntura da pandemia de COVID-19, buscou-se mostrar que as forças históricas e sociais que sustentam a concepção de mundo mais ampla do fordismo ligado à hegemonia norte-americana persistem e não estão, de forma suficientemente evidentes, mostrando sinais de esgotamento. Coloca-se aberto o debate, com a ressalva de todos os limites que uma avaliação conjuntural e histórica de longa duração em curtas palavras pode proporcionar.

Referências

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. **Revista Outubro**, n. 28, p. 28-35, abril de 2017.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. **Global capitalism, global war, global crisis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018,

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine; THERBORN, Goran. **Le défi social-démocrate**, Paris: François Maspero, 1981.

CARBAJOSA, Ana. Merkel apela a cidadãos e chama coronavírus de “maior desafio desde a Segunda Guerra Mundial”. **El País**. 18 de março de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-18/merkel-pede-colaboracao-dos-cidadaos-diante-do-maior-desafio-desde-a-segunda-guerra-mundial.html>. Acesso em 06 de agosto de 2020.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**, Princeton: Princeton University Press, 1984.

COX, Robert W. Book review: Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global political economy by David Morton. **Capital & Class**, n. 93, p. 258-261, 2007.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

COX, Robert W. Multilateralism and world order. **Review of International Studies**, v. 18, n. 2, 161-180, 1992.

COX, Robert W. **Production, power, and world order: Social forces in the making of history**. New York: Columbia University Press, 1987.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DEAN, Jonathan. **NATO's Future: How NAT may come to a peaceful end by 2020**. In: EISENHOWER, Susan (org.) *Nato at fifty: perspectives on the Future of the Atlantic Alliance*. Washington: Center for Political and Strategic Studies, 1999, p. 217-223.

GRAMSCI, Antonio. **Lettere dal Carcere**, Torino: Einaudi, 1973.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**, Torino: Einaudi, 1975.

GRAY, Kevin. Labour and the state in China's passive revolution. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 449-467, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

HILFERDING, Rudolf. **Finance capital – A study on the latest phase of capitalist development**, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORTON, Adam David. **Unravelling Gramsci – Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**, London: Pluto, 2007.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. A ascensão de Trump e da China e relações de força: uma breve análise da hegemonia dos Estados Unidos. **Práxis e Hegemonia Popular**, vol. 5, n. 6, p. 39-56, 2020.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Interregno hegemônico? Uma avaliação sobre a hegemonia dos Estados Unidos a partir da análise das relações de força dos cadernos carcerários de Gramsci. **Revista Novos Rumos**, v. 56, p. 59-69, 2019.

PAULA, Tainá de. Cidades pós-pandemia ou pós-capitalistas? **Universo Online**. 31 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/taina-de-paula/2020/07/31/cidades-pos-pandemia-ou-cidades-pos-capitalistas.htm>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

ROSENBERG, Justin. International relations in the prison of Political Science. **International Relations**, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.

ROSENBERG, Justin; BOYLE, Chris. Understanding 2016: China, Brexit and Trump in the history of uneven and combined development. **Journal of Historical Sociology**, 32, p. e32-e58, 2019.

SCHWARCZ, Lilian. **Quando acaba o século XX**, São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SIMON, Rick. Passive revolution, perestroika, and the emergence of the new Russia. **Capital & Class**, v. 34, n.3, p. 429-448, 2010.

THOMAS, Peter. “A virada de Moscou”: o diálogo entre Gramsci e os bolcheviques (1922 e 1923). **Revista Outubro**, n. 30, p. 174-189, maio de 2018.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and Literature**, Oxford: Oxford University Press, 1977.

WORTH, Owen. **Hegemony, International Political Economy and Post-Communist Russia**, Burlington: Ashgate, 2005.